



## PODER

Pressionado pelo governo, relator do pacote de bondades, na Câmara, desiste de mudanças e manterá o texto aprovado no Senado, para agilizar a implementação das medidas às vésperas das eleições. Oposição tenta protelar votação da matéria

# PEC vira queda de braço entre Planalto e oposição

» RAPHAEL FELICE  
» TAÍSA MEDEIROS

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, dos Benefícios, o deputado Danilo Forte (União-CE) cedeu à pressão do governo e não fará modificações no texto aprovado pelo Senado. Caso houvesse mudanças, a matéria teria de retornar para nova avaliação dos senadores, o que atrapalharia os planos do Executivo de implementar as medidas antes de agosto e tentar aumentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro às vésperas das eleições.

A PEC 1/2022 foi apensada à PEC 15/2022, dos biocombustíveis, que já está em comissão especial na Casa, o que deve acelerar a tramitação. Como as duas propostas têm origem no Senado, vão direto para promulgação, caso não sofram alterações.

A PEC dos Benefícios prevê uma série de "bondades", como o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinada a taxistas. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões. Forte queria estender o benefício a motoristas de aplicativo, mas, ontem, mudou o discurso. Disse que as plataformas de transporte não oferecem transparência.

"Fica difícil esse atendimento para motoristas de aplicativo porque não temos controle oficial sobre esse setor de trabalhadores. Os próprios apps não nos dão informações necessárias para fazer esse controle, até porque tem outras questões vinculadas às trabalhistas que os impedem de fornecer esses dados. E eles não têm essa clareza que têm os taxistas, que são licenças dadas pela prefeitura", argumentou Forte.

A análise da proposta na Comissão Especial teve início logo após o fim da sessão conjunta do Congresso, na noite de ontem. O texto deve passar por duas sessões do colegiado, presidido pela deputada Celina Leão (PL-DF).

O relator quer concluir todos os trâmites legislativos para que a PEC seja votada ainda

nesta semana. "Estenderemos até quinta ou sexta-feira para concluir a votação. Vou cumprir minha tarefa, que é garantir o pagamento dos benefícios", acrescentou o deputado, que considera possível apreciar a PEC no plenário da Câmara na semana que vem.

### Tentativa de obstrução

A reunião no colegiado começou com uma tentativa da oposição de obstruir a pauta. Parlamentares argumentaram que as PECs não tinham assuntos correlatos para o apensamento e que estavam em fases diferentes de tramitação. Outra queixa foi a impossibilidade dos deputados protocolarem emendas ao relatório de Forte.

"O problema é que faz as vésperas da eleição e termina após a eleição. A crise já tem

Forte: "Temos a demanda e a necessidade da população faminta, que está precisando do Auxílio Brasil e do vale-gás. (...) Mexer no texto cria dificuldade"

### Saiba mais

#### "Comoção social"

O relator da PEC, Danilo Forte, disse que vai manter o estado de emergência, incluído no texto para blindar o presidente Jair Bolsonaro de possíveis sanções da Lei Eleitoral. Ele afirmou que vai acrescentar o termo "comoção social". "Na Constituição, não existe a nomenclatura 'estado de emergência'. Existe estado de calamidade, estado de guerra e estado de comoção social. Na lei eleitoral, tem estado de emergência. Para atender às duas normas, podemos acrescentar estado de emergência e comoção social, porque, juridicamente, você está bem embasado", declarou. Para ele, a inclusão desse termo não é uma mudança de mérito e, nesse caso, o texto não precisaria voltar ao Senado.

início e fim que coincide com a eleição? Essa é a questão. A crise é duradoura e não vai acabar após o fim da eleição", apontou o deputado Pompeo de Matos (PDT-RS). "Não somos contra a PEC, mas somos contra o

momento e a circunstância."

O prazo de validade dos benefícios, em dezembro, foi apontado pela oposição como insuficiente no enfrentamento à insegurança alimentar e à carestia. Por terminar pouco depois do

pleito, a PEC vem sendo classificada de eleitoreira. "Nós temos um governo, de uma agenda ultraliberal, que faz com que o Brasil seja um dos países mais desiguais do mundo. Criam uma PEC eleitoreira, demagógica e mentirosa para tentar garantir três meses de auxílio, para ver se ele (Bolsonaro) recupera um, dois ou três pontos na pesquisa", ressaltou a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS).

O início da leitura do relatório foi marcado por discussão entre integrantes da mesa da comissão especial e da oposição. Celina Leão passou a leitura do parecer a Forte antes do término da discussão, o que não agradou à oposição, que definiu a medida como golpe. Após intenso bate-boca, o parlamentar prosseguiu na apresentação do parecer. A sessão não tinha acabado até o fechamento desta edição.

## Bolsonaro: fé na aprovação

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse esperar que a PEC dos Benefícios seja promulgada ainda nesta semana. A declaração ocorreu durante participação do chefe do Executivo na cerimônia de posse da nova presidente da Caixa Econômica Federal, Daniella Marques, ontem, em Brasília (**leia reportagem na página 4**).

A PEC já passou pelo Senado e aguarda ser votada na Câmara. "Há uma pacificação entre o Parlamento e o Executivo. Temos casamento quase que perfeito com o Parlamento, que vem colaborando, agora, com a PEC", afirmou Bolsonaro. "Se Deus quiser, vai ser aprovada e promulgada nesta semana."

O chefe do Executivo aproveitou o evento para criticar seu principal opositor às eleições de outubro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele frisou que "o país poderá mostrar para o mundo que, apesar de problemas com refinarias de petróleo, podemos ter um dos combustíveis mais baratos do mundo".

### Compensação

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também presente no evento, destacou que o Congresso vai derrubar o veto de Bolsonaro à compensação aos estados definida no Projeto de Lei Complementar (PLP) 18, que limita a 17% a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente em combustíveis, energia elétrica, transporte coletivo e telecomunicações.

"Vamos derrubar um veto no Congresso, que é o da compensação", apontou, acrescentando que os estados não perderão arrecadação bruta e que os parlamentares nunca fizeram "nada para prejudicar entes federativos".

# Na luta contra novas despesas

Mais de mil prefeitos vieram a Brasília para reivindicar uma série de ajustes em propostas que tramitam em todos os Poderes. Para ouvir as demandas, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniu, ontem, com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e demais gestores das localidades. O chefe do Executivo prometeu apoiar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 122/2015, que proíbe a criação de custos para as prefeituras sem a indicação de fonte de custeio.

"Precisamos do apoio do governo para a liberação dessa proposta. Esse projeto ameniza a situação atual. Precisamos estancar essa sangria que está sendo criada de despesa nova para nós", disse Ziulkoski. Segundo ele, quem resiste à proposta é o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Está resistindo porque ele quer que crie

barreira de gastos para a União também, só que não tem mais como mudar. Então, o que vai ser mais ou menos encaminhado: queremos parar com essa sangria desatada de pisos. Agora, vamos à luta com os parlamentares."

De acordo com Ziulkoski, a criação de pisos no Congresso é o que mais prejudica o ajuste fiscal dos municípios. "O impacto é muito gigante, e nós não temos como suportar", defendeu. "Fizemos os estudos, estamos mostrando o impacto que vai ter em cada prefeitura, ou seja, em cada comunidade, e as agruras que se vão fazer a partir do ano que vem." Outra medida que atinge os cofres das prefeituras é o projeto que fixou teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente em combustíveis, energia elétrica, transporte urbano e telecomunicações.

### Reforma estrutural

Mais tarde, no Congresso, o presidente da CNM voltou a rebater o argumento de integrantes do governo e do Parlamento sobre supostos ganhos extraordinários dos municípios com a alta dos combustíveis. "Não tivemos ganho nenhum. O barril de petróleo subiu lá fora, subiu a base aqui e, logicamente, aumenta a arrecadação, mas ela é conjuntural, e o que o governo fez foi uma reforma estrutural", reclamou. "Então, a arrecadação aumentou agora, e vão fazer uma reforma para o resto da vida? Quando ela baixar no ano que vem, como é que tampa esse buraco? Isso é um grande engodo e desonestidade federativa", disparou.

O prefeito da cidade de Congonhas (MG), Cláudio Antônio de Souza, defende o

critério técnico para o debate. "Deveria ter sido feita uma câmara técnica para que se discutisse esses impactos sobre os municípios. Poderia ter sido feita uma discussão com análise econômica, e a gente pudesse ter tido a oportunidade de participar de forma técnica", argumentou.

O prefeito de Restinga Seca, no interior do Rio Grande do Sul, Paulinho Salerno, disse que, especialmente na pauta sobre a limitação da incidência do ICMS, o foco nas eleições falou mais alto. "Foi interesse eleitoral, tanto por parte do Senado, quanto dos deputados e do governo. A gente entende: nós somos consumidores lá na ponta, e os preços estão altos. Mas não estamos vendo o resultado esperado com a proposta, vimos baixar apenas alguns centavos da gasolina", afirmou. (TM, RF e Agência Estado)

Ruy Afonso/ Agência CNM



Ziulkoski no Congresso: "Queremos parar essa sangria"